

Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos

2016

Plano de Benefícios 1
PB1



Sumário

01



Gestão
Previdencial

02



Gestão
Contábil

03



Gestão dos
Investimentos

04



Governança

Redação, Edição e Diagramação: Previdência Usiminas

Esta é uma publicação anual produzida pela Previdência Usiminas em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários que disciplinam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC

Apresentação

Navegar é preciso

*“Um navio no porto está em segurança.
Mas não foi para isso que os navios foram feitos”
(John Shedd)*

Em 1984, quando o economista e navegador Amyr Klink atravessou o Atlântico Sul da África para o Brasil, num barco a remo, não existia acesso público à internet e a tecnologias como telefone móvel ou GPS. Foram nada menos que cem dias de profunda solidão, entre o céu e o mar, em sua jornada de três mil e setecentas milhas. E ele seguiu viagem de forma destemida, movido apenas pelas correntes marinhas e pela força dos remos. Dentre os inúmeros desafios que se apresentaram ao longo do percurso, o navegador enfrentou uma tempestade de sete dias ininterruptos. Quando a tormenta passou, ele pegou seu caderno de bordo e fez a seguinte anotação: “Nada é mais certo do que a chegada do bom tempo após uma tempestade que parece interminável”. Mais de três décadas se passaram e o feito de Amyr Klink jamais foi repetido.

A determinação do navegador, que ao longo de sua carreira realizou outros projetos inéditos, entre eles o de dar uma volta completa à Antártica seguindo por uma rota com ondas de até 25 metros, serve de inspiração para pessoas e organizações do mundo inteiro. Quando o cenário se apresenta duvidoso e recuar parece ser a única saída, o exemplo de Amyr Klink ensina que, com estratégias inteligentes, motivação e coragem, é sempre possível superar desafios e transformá-los em oportunidades.

É nesse tipo de postura que a Previdência Usiminas se espelha: se não dá para mudar os ventos, é sempre possível ajustar as velas do barco e seguir em frente. Foi desta maneira que a Entidade enfrentou as instabilidades e incertezas econômicas e políticas de 2016. Ancorando suas ações com a prudência necessária para navegar em mares turbulentos, foi possível superar as metas atuariais/ benchmarks dos planos administrados estabelecidos para o ano.

É com satisfação que apresentamos, ao longo deste Relatório, as principais informações do Plano de Benefícios 1 – PB1. Além de cumprirmos uma exigência legal, este é um momento oportuno para reafirmarmos que os resultados alcançados em 2016 fazem parte de nosso compromisso com todos os Participantes e Assistidos. A publicação é ainda um instrumento que oferece aos Órgãos Reguladores, Colegiados e Empresas Patrocinadoras uma visão panorâmica do desempenho do plano.

Agradecemos a todos que contribuíram em favor dos resultados até então alcançados.

Desejamos uma ótima leitura!

Gestão Previdencial

01

Plano de Benefícios 1

PB1

Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios 1 – PB1, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) está inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – CNPB sob o nº 1979.0035-56.

Ao final do exercício o Plano contava com uma população de 9.086 participantes e assistidos (aposentados e pensionistas). A folha de pagamento dos assistidos ultrapassou R\$ 318 milhões em 2016. Os gráficos e quadros a seguir informam os principais números do plano em comparação com o exercício de 2015. Acompanhe:

Participantes, Aposentados e Pensionistas

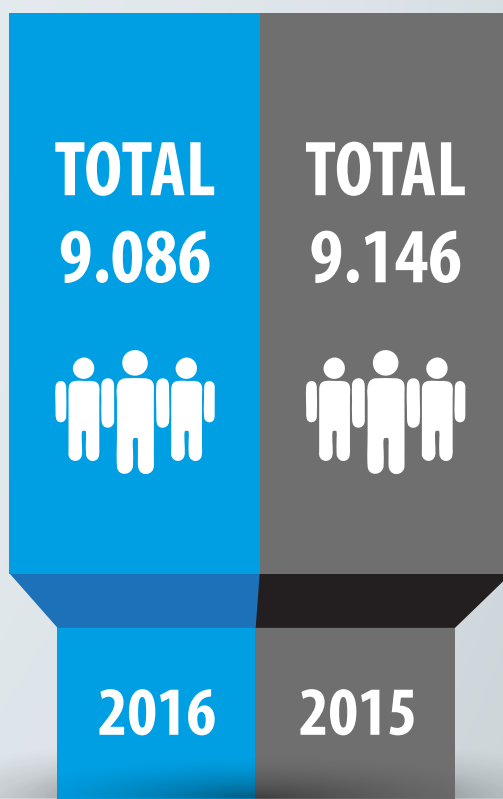
Participantes *



Aposentados

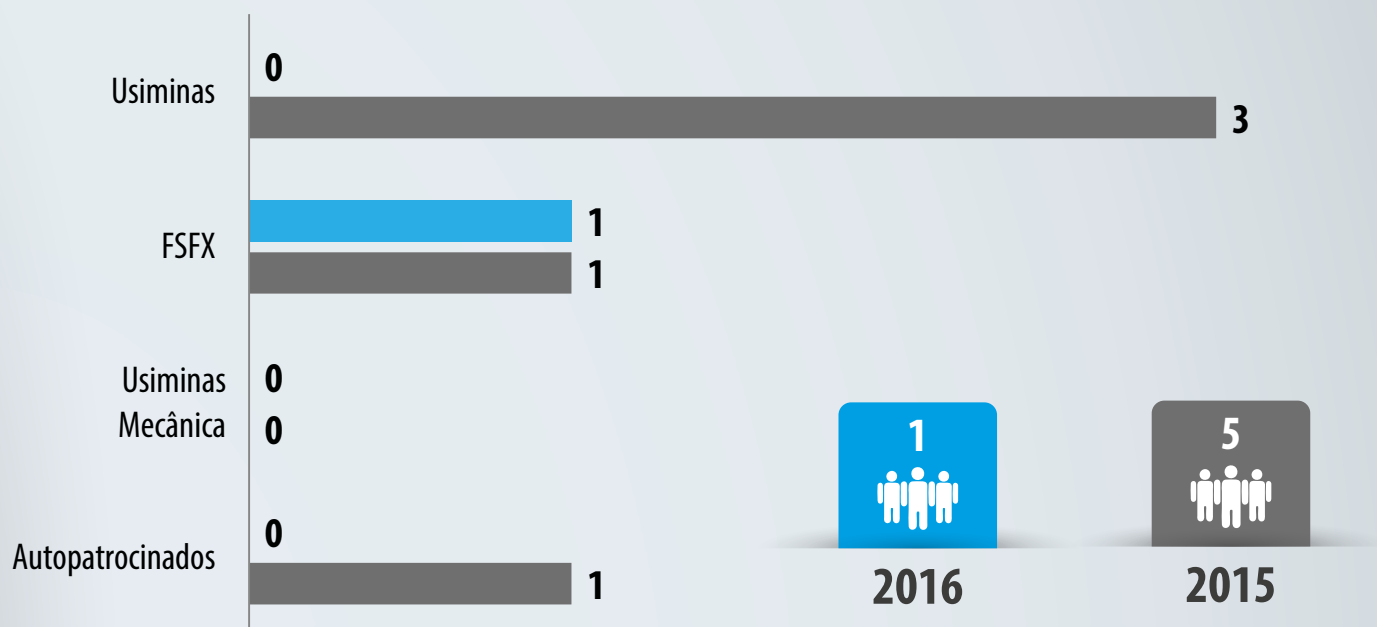


Pensionistas



(*) Inclui Ativos, Autopatrocinaados e BPD

Participantes Ativos por Patrocinadora, Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido – BPD



Aposentadoria/Pensão por Tipo de Benefício

Tempo de Contribuição

4.674



2016

4.742



2015

Especial

1.510



2016

1.546



2015

Idade

28



2016

27



2015

Invalidez

654



2016

664



2015

Pensão por Morte

2.219



2016

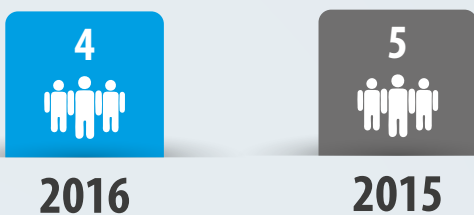
2.162



2015

Número de Aposentados por faixa etária

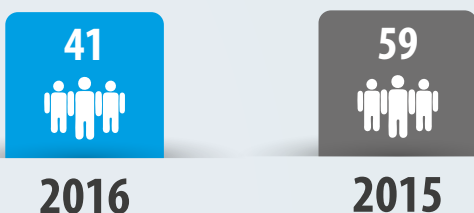
Até 45 anos



46 a 50 anos



51 a 55 anos



56 a 60 anos



61 a 65 anos



Acima de 65 anos



Origem e Destinação dos Recursos - em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em R\$)

Origem dos Recursos	2016	2015
Contribuições Normais das Patrocinadoras	18.231,64	44.007,46
Contribuições Normais dos Participantes	19.385,45	47.633,29
Contribuições dos Assistidos	1.918.010,42	1.899.616,97
Serviço Passado Contratado	186.600.647,17	168.900.604,73
Total	188.556.274,68	170.891.862,45

Destinação dos Recursos	2016	2015
Pagamento de Benefícios	318.331.982,55	291.868.999,66
Pagamento de Resgate	64.056,16	0,00
Total	318.396.038,71	291.868.999,66

Síntese da situação atuarial do Plano de Benefícios 1 - PB1

Resumimos a seguir o Parecer Atuarial do Plano de Benefícios 1 – PB1 emitido pela Willis Towers Watson Consultoria (WTC). O documento é integrante das Demonstrações Atuariais (DA), concernente à avaliação atuarial do plano.

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 foi utilizado o cadastro de dados individuais posicionado em 31/8/2016. A Consultoria analisou a aderência das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade à população do PB1, visando atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, além das hipóteses de composição familiar e probabilidade de aposentadoria. Foi também realizado estudo da projeção de crescimento real dos salários, crescimento real dos benefícios, da taxa real anual de juros que deverá ser utilizada como taxa de desconto e do fator de determinação ao longo do tempo.

A íntegra do documento está disponível para leitura no portal da Entidade: www.previdenciausiminas.com.

Hipóteses e métodos atuariais

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,50%	4,50%
Projeção do crescimento real de salário	Usiminas = 1,66%	Usiminas = 4,11%
	UMSA = 2,37%	UMSA = 3,90%
	FSFX = 2,10%	FSFX = 2,53%
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo		
- Salários	97%	97%
- Benefícios do Plano	97%	97%
- Benefícios do INSS	97%	97%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT - 1983 ²	AT - 1983 ²
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada suavizada em 50%	RRB – 1944 modificada suavizada em 50%
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Probabilidade de Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria
Elegibilidade ao INSS	100% na primeira idade de elegibilidade	100% na primeira idade de elegibilidade
Idade de entrada no INSS	Tempo de INSS informado pela Previdência Usiminas	Tempo de INSS informado pela Previdência Usiminas
Composição Familiar		
. Benefícios Concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
- Pensionistas	Composição informada	Composição informada
. Benefícios a conceder		
- Cônjuge	Mulher 5 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na Aposentadoria	90%	95%
. Hipótese de Morbidez	Experiência de pagamento real do benefício nos últimos 2 anos	Experiência de pagamento real do benefício nos últimos 2 anos

¹ Constituída com base na AT – 2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%), segregada por sexo

² Constituída com base na AT – 1983 Basic, segregada por sexo

Algumas razões para a seleção das principais hipóteses

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, é realizada com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

O Estudo foi desenvolvido utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano posicionados em 31/12/2015, elaborados

com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizado em outubro de 2015 e pelo estudo de aderência da hipótese de crescimento salarial realizado em setembro de 2015 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Os resultados do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano, após a apuração da taxa interna de retorno (TIR) dos passivos, indicaram, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a.. Assim, pode-se afirmar a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o PB1, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras consideram que as taxas de projeção do crescimento real dos salários apontadas no estudo refletem as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

Projeção do crescimento real dos benefícios

A taxa de projeção do crescimento real dos benefícios deve ser baseada na expectativa de existência de um “spread” entre o indexador de plano, que baliza a hipótese do retorno dos investimentos e o índice que determina o reajuste dos benefícios de modo a refletir o aumento ou redução médio real concedido aos benefícios.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Esse fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,0%.

Hipóteses biométricas e demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo. Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram pela necessidade de ajustes na hipótese de composição familiar e pela manutenção em 2016 das demais hipóteses biométricas e demográficas.

Regime Financeiro e métodos atuariais

Os benefícios do PB1 são avaliados conforme os seguintes regimes e métodos:

- Regime de repartição simples – Auxílio-Funeral dos participantes ativos, Portabilidade e Resgate;
- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização – Método de Crédito Unitário Projetado – Aposentadoria por tempo de Contribuição,

Aposentadoria por Idade, Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria Especial, Aposentadoria Proporcional decorrente do Benefício Proporcional Diferido, Pensão por Morte, Suplementação Mínima e Auxílio Funeral dos atuais e futuros aposentados.

Repactuação do contrato de dívida e criação do Fundo Previdencial

A matéria foi tratada no Parecer Atuarial e no Relatório dos Auditores Independentes. No segundo parágrafo abaixo, extraído do parecer atuarial emitido pela WTW, onde lê-se “redução”, leia-se “elevação”. Os valores aqui expressos estão apresentados em milhares de reais:

“ Com base na cláusula 5ª do Instrumento Particular da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A com a Caixa dos Empregados da Usiminas (atualmente denominada Previdência Usiminas), ao final de cada exercício deverá ser reavaliado o equilíbrio atuarial entre bens e obrigações da entidade, e caso necessário, o saldo devedor poderá ser revisto, através de repactuação entre as partes.

O equilíbrio técnico do exercício de 2015 corresponde a R\$ 591.865 e o referente ao exercício de 2016 a R\$ 1.160.754. Assim, verificamos um resultado positivo do exercício de 2016 no valor de R\$ 568.889. Esse resultado decorre principalmente da redução da taxa de juro adotada na avaliação atuarial regular de 2016 estimada em R\$ 360.000.

A Willis Towers Watson, na qualidade de empresa responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios 1 – PB1, considera viável acolher a redução da dívida contratada aproveitando parcialmente os resultados apresentados no exercício de 2016.

Nesse sentido, a Willis Towers Watson, atendendo a solicitação da Previdência Usiminas e de sua patrocinadora, elaborou um Relatório Atuarial, datado de 07 de março de 2017 com base nos resultados do fechamento do exercício de 2016, com objetivo de apontar aos órgãos competentes da Previdência Usiminas a possibilidade de repactuação do contrato de dívida, levando em conta as características do plano, a rentabilidade, a liquidez de seus investimentos, as ações da Usiminas, o limite da reserva de contingência e a legislação vigente da época da celebração Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Nesse relatório, de forma prudente, a Willis Towers Watson sugere como valor máximo para redução da dívida o montante de R\$ 254.263. Observa que para a redução da dívida é necessária a repactuação do instrumento vigente.

Para levar a efeito a repactuação, o Conselho Deliberativo da Previdência Usiminas decidiu por consultar a Previc. A referida consulta versa sobre a forma de apropriação de parte do ganho auferido na avaliação atuarial, cujo entendimento é de adotar a mesma proporção utilizada no rateio da insuficiência, e pela constituição de um fundo previdencial com a finalidade de promover a revisão do saldo devedor, segregando do resultado do Plano.

Considerando a consulta protocolizada em 9 de junho de 2017 e a ausência de manifestação da Previc até a emissão do Parecer Atuarial do PB1, o Conselho Deliberativo decidiu por constituir um fundo previdencial no valor de R\$ 446.597. Após a manifestação da Previc, deliberação do Conselho Deliberativo e nos termos da repactuação, caberá à Previdência Usiminas adotar as providências necessárias para reversão total ou parcial do fundo previdencial ora constituído.

Diante disso, a posição financeira do PB1 em 31 de dezembro de 2016 considerando a constituição desse fundo previdencial está apresentada na coluna "Após a criação do Fundo Previdencial" da tabela abaixo. Assim que aprovada pela Previc a metodologia apresentada na referida consulta e após a repactuação do contrato, esse valor do Fundo Previdencial será utilizado para a redução do valor do contrato de dívida.

	Antes da criação do Fundo Previdencial	Após a criação do Fundo Previdencial
Patrimônio Social	4.952.184	4.952.184
Patrimônio de Cobertura do Plano	4.899.792	4.453.195
Provisões Matemáticas	3.739.038	3.739.038
Equilíbrio Técnico	1.160.754	714.157
Resultados Realizados	1.160.754	714.157
Superávit Técnico Acumulado	1.160.754	714.157
Reserva de Contingência	714.157	714.157
Reserva Especial para Revisão de Plano (1º ano)	446.597	-
Fundos	52.392	498.989
Fundos Previdenciais	-	446.597
Fundo Administrativo	52.392	52.392

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir o quadro comparativo dos percentuais indicados para 2016 com os que deverão ser praticados em 2017:

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	1,03%	0,595%
Custeio Administrativo	7,00%	7,000%
Contribuição total dos Patrocinadores	8,03%	7,595%
Participantes		
Normal	1,03%	0,595%
Custeio Administrativo	7,00%	7,000%
Contribuição total dos Participantes	8,03%	7,595%

Conclusão

O aumento do superávit quando comparado com o exercício de 2015 decorre principalmente das oscilações favoráveis do patrimônio e do aumento da taxa real anual de juros no exercício de 2016.

Face ao exposto, os atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PB1 atestaram que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Gestão Contábil

02

Plano de Benefícios 1
PB1

Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras. Tais demonstrações foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e a íntegra do documento está disponível para leitura no portal da Entidade. A seguir, você confere a DAL e a DMAL, em reais, e informações sobre as despesas administrativas. Acompanhe:

Demonstração do Ativo Líquido - DAL

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em R\$)

Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Varição (%)
1. Ativos	5.171.910.009,69	4.782.327.284,37	8,15
Disponível	20.294,40	481.622,44	(95,79)
Recebível	761.336.884,09	844.908.087,13	(9,89)
Investimento	4.410.552.831,20	3.936.937.574,80	12,03
Títulos Públicos	2.618.901.048,91	2.226.894.301,91	17,60
Créditos Privados e Depósitos	1.171.590.909,18	1.215.466.343,90	(3,61)
Ações	281.746.634,12	137.121.243,24	105,47
Fundos de Investimento	57.561.906,36	70.708.744,81	(18,59)
Investimentos Imobiliários	268.024.363,87	274.027.768,00	(2,19)
Empréstimos e Financiamentos	12.727.968,76	12.719.172,94	0,07
2. Obrigações	219.725.805,02	240.861.100,07	(8,77)
Operacional	171.891.515,49	200.093.601,37	(14,09)
Contingencial	47.834.289,53	40.767.498,70	17,33
3. Fundos não Previdenciais	52.392.075,12	47.043.039,25	11,37
Fundos Administrativos	52.392.075,12	46.895.622,65	11,72
Fundos dos Investimentos	0,00	147.416,60	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0,00	0,00	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	4.899.792.129,55	4.494.423.145,05	9,02
Provisões Matemáticas	3.739.038.584,38	3.902.558.146,67	(4,19)
Superávit Técnico	714.156.369,62	591.864.998,38	20,66
Fundos Previdenciais	446.597.175,55 *	0,00	0,00
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	714.156.369,62	591.864.998,38	20,66
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	
c) (+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	714.156.369,62	591.864.998,38	20,66

* Fundo Previdencial constituído conforme descrito nas páginas 12 e 13 deste relatório.

Demonstração das Mutações do Ativo Líquido - DMAL

em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (em R\$)

Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

DESCRIÇÃO	2016	2015	Varição (%)
A) Ativo Líquido - Início de Exercício	4.494.423.145,05	4.449.570.168,03	1,01
1. Adições	759.043.957,09	372.677.224,70	103,67
(+) Contribuições	99.122.139,70	127.827.567,26	(22,46)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	659.921.817,39	244.849.657,44	169,52
2. Destinações	(353.674.972,59)	(327.824.247,68)	7,89
(-) Benefícios	(342.652.050,94)	(323.823.205,36)	5,81
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(9.064.480,02)	(1.997.931,98)	353,69
(-) Custeio Administrativo	(1.958.441,63)	(2.003.110,34)	(2,23)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	405.368.984,50	44.852.977,02	803,77
(+/-) Provisões Matemáticas	(163.519.562,29)	256.042.900,98	(163,86)
(+) Fundos Previdenciais	446.597.175,55	0,00	0,00
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	122.291.371,24	(211.189.923,96)	(157,91)
4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	4.899.792.129,55	4.494.423.145,05	9,02
C) Fundos não Previdenciais	52.392.075,12	47.043.039,25	11,37
(+) Fundos Administrativos	52.392.075,12	46.895.622,65	11,72
(+) Fundos dos Investimentos	0,00	147.416,60	(100,00)

Despesas Consolidadas da Entidade e do Plano

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Informações consolidadas sobre as despesas do Plano - PB1

Descrição	Dezembro/2016
Pessoal e encargos	3.505.353,27
Consultorias (atuarial, de investimentos, etc.)	741.081,87
Honorários advocatícios	1.030.085,37
Auditoria (contábil)	29.391,08
Custódia (Banco Itaú, Cetip, Selic e CBLIC)	585.069,79
Avaliações atuariais	26.622,69
Comunicação	75.983,36
Informática	492.443,97
TAFIC	240.000,00
PIS/COFINS	628.364,58
Outras despesas (treinamentos, outros serviços de terceiros, etc.)	662.367,73
Total das Despesas Administrativas	8.016.763,71

Despesas Administrativas Segregadas Por Gestão	
Despesas administrativas - gestão previdencial	3.063.287,39
Despesas administrativas - gestão dos investimentos	4.953.476,32
Total das Despesas Administrativas	8.016.763,71

Despesas Registradas nos Fundos Exclusivos do Plano * (Taxa de administração, Cetip, Selic, CVM, auditoria, etc.)	597.996,22
---	-------------------

Consolidado de todos os Planos (USIPREV, PB1, COSIprev e PBD)

Descrição	Dezembro/2016
Pessoal e encargos	10.247.174,15
Consultorias (atuarial, de investimentos, etc.)	1.401.856,74
Honorários advocatícios	2.443.740,86
Auditoria (contábil)	130.690,70
Custódia (Banco Itaú, Cetip, Selic e CBLIC)	1.195.310,68
Avaliações atuariais	117.203,10
Comunicação	285.123,02
Informática	1.248.476,70
TAFIC	540.000,00
PIS/COFINS	1.255.339,48
Outras despesas (treinamentos, outros serviços de terceiros, etc.)	1.990.712,03
Total das Despesas Administrativas	20.855.627,46

Despesas Administrativas Segregadas Por Gestão	
Despesas administrativas - gestão previdencial	12.110.844,87
Despesas administrativas - gestão dos investimentos	8.744.782,59
Total das Despesas Administrativas	20.855.627,46

Despesas Registradas nos Fundos Exclusivos do Plano * (Taxa de administração, Cetip, Selic, CVM, auditoria, etc.)	1.215.764,80
---	---------------------

* Os valores das cotas dos fundos exclusivos estão líquidos dessas despesas. São contabilizados pela Entidade os resultados líquidos apurados pela variação das cotas. Assim, essas despesas não se caracterizam como despesas administrativas.

Gestão dos Investimentos

03

Plano de Benefícios 1

PB1

Política de Investimentos para o ano de 2017 – PB1

A Política de Investimentos tem por objetivo estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento e a aplicação dos recursos dos planos administrados pela Previdência Usiminas, em consonância com a legislação vigente.

Apresentamos a seguir o resumo das Políticas de Investimentos do Plano de Benefícios 1 – PB1 e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. Os documentos foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 19/12/2016 para o exercício de 2017 e a íntegra dos documentos estão disponibilizadas para leitura no portal da Entidade: www.previdenciausiminas.com.

Os investimentos dos recursos dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar são disciplinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792/2009 e em suas alterações. Em paralelo, também são observadas as demais legislações publicadas pelos órgãos reguladores do sistema de previdência complementar fechado. Acompanhe:

Plano	Plano de Benefícios 1 - PB1
Modalidade	Benefício Definido (BD)
Meta Atuarial	INPC + 5,5% a.a.
CNPB*	1979.0035-56
AETQ**	Marcos Aurélio Alves

*Cadastro Nacional de Plano de Benefícios

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme Art. 7º da Resolução do CMN nº 3.792/2009, alterado pela Resolução nº 4.275/2013.

Diretrizes para a alocação de recursos

A gestão dos recursos do PB1 busca superar a meta atuarial, obedecendo os limites de risco estabelecidos na Política de Investimentos do plano. Como suporte à elaboração desta Política, a Entidade realizou os seguintes estudos:

ALM - Asset Liability Management: Os estudos de ALM são desenvolvidos com o objetivo de identificar, com base nas características da carteira de ativos do plano e no fluxo de caixa esperado para o passivo, qual seria a melhor composição para os investimentos, de forma que os resultados sejam maximizados no longo prazo.

CFM – Cash Flow Matching: Os estudos do CFM são realizados de forma complementar aos estudos de ALM, apresentando, como resultado, um diagnóstico mais aprofundado acerca da liquidez projetada para o plano, o que dá maior segurança aos gestores nas alocações de longo prazo.

Alocação dos recursos para o Plano

Apresentamos a seguir os limites de aplicação, a alocação alvo e os benchmarks por segmento de investimentos:

Segmento de Aplicação/Alocação	Limites da Resolução 3.792/2009	PB1			Benchmark / Metas de Rentabilidade
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	100%	67%	100%	89%	IPCA + 5,5% a.a.
Renda Variável	70%	0%	15%	6%	Ibovespa / CDI + 5% a.a.
Imóveis	8%	0%	8%	4%	INPC + 3,0% a.a.
Operações com Participantes	15%	0%	10%	1%	INPC + 5,5% a.a.

Controle de Riscos

Em relação à gestão dos riscos inerentes à administração dos recursos, a entidade realiza um conjunto de procedimentos para acompanhar o comportamento dos investimentos. No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Desenquadramento
- Risco Legal
- Risco Operacional
- Risco Sistêmico

Estes riscos são avaliados, controlados e monitorados constantemente pela Previdência Usiminas conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano.

Acompanhamento da Política de Investimentos

O acompanhamento da Política de Investimentos do PB1 é realizado mensalmente pelo Comitê de Investimentos e semestralmente pelo Conselho Fiscal, que é o órgão responsável pelo relatório conclusivo desse acompanhamento.

A Política de Investimentos poderá ser revista a qualquer momento de maneira a refletir eventos não mencionados, bem como adequá-la a novas condições de mercado e a legislação pertinente que impactem as diretrizes determinadas no documento.

Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Plano	Plano de Gestão Administrativa - PGA
Benchmark	IMA-S*
AETQ**	Marcos Aurélio Alves

* Índice de Mercado ANBIMA que representa a carteira de títulos públicos pós-fixados (Taxa SELIC)

** Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, conforme Art. 7º da Resolução do CMN nº 3.792/2009, alterado pela Resolução nº 4.275/2013.

Diretrizes para a alocação de recursos

A gestão dos recursos do PGA busca obter retorno equivalente ao benchmark, obedecendo aos limites estabelecidos na Política de Investimentos desse plano. Abaixo apresentamos os limites de aplicação, a alocação alvo e o benchmark por segmento de investimentos:

Segmento de Aplicação/Alocação	Limites da Resolução 3.792/2009	PGA			Benchmark/Meta de Rentabilidade
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	IMA-S

Controle de Riscos

No que se refere à gestão dos riscos inerentes à administração dos recursos, a Entidade realiza um conjunto de procedimentos para acompanhar o comportamento dos investimentos. No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Desenquadramento
- Risco Legal
- Risco Operacional
- Risco Sistêmico

Estes riscos são avaliados, controlados e monitorados constantemente pela Previdência Usiminas conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano.

Acompanhamento da Política de Investimentos

O acompanhamento da Política de Investimentos do PGA é realizado mensalmente pelo Comitê de Investimentos e semestralmente pelo Conselho Fiscal da Entidade que é o órgão responsável pelo relatório conclusivo desse acompanhamento.

A Política de Investimentos poderá ser revista a qualquer momento de maneira a refletir eventos não mencionados, bem como adequá-la a novas condições de mercado e a legislação pertinente que impactem as diretrizes determinadas no documento.

Demonstrativo de Investimentos - PB1

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PB1	
Total Demonstrativo de Investimentos	4.410.072.761,29
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	4.410.072.761,29
Diferença	0,01
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	4.352.510.854,93
Depósitos	20.294,40
Títulos Públicos	2.618.901.048,90
Títulos Privados	1.171.590.909,17
Ações	281.746.634,12
Empréstimos/Financiamentos	12.727.968,76
Carteira Imobiliária	265.265.992,93
Valores a Pagar/Receber	2.258.006,64
Demonstrativo de Investimentos - Fundos	57.561.906,35
BTG EMISS II	2.594.848,17
FIDC CEDAE	1.222.234,98
FIA SULAM EX II	4.700.003,30
BRADESCO TRIUMPH	14.449.840,01
ITAÚ HIGH GRADE	20.769.699,30
BNP PARIBAS MATCH	13.825.280,57

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PGA	
Total Demonstrativo de Investimentos	60.611.618,88
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	60.611.618,90
Diferença	0,02
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	6.537.366,04
Depósitos	2.999,28
Títulos Privados	6.534.366,76
Demonstrativo de Investimentos - Fundos	54.074.252,82
ITAÚ HIGH GRADE	6.626.424,50
BNP PARIBAS MACTH	4.415.403,74
BRADESCO TRIUMPH	43.032.424,57

Montante de Investimentos com Gestão Terceirizada - PB1

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Segmento	Gestor	Valor
Renda Fixa		
FI RF TRIUMPH ⁽¹⁾	BRAM BRADESCO ASSET	14.449.840,01
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II FIRFCP	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	2.594.848,17
FIDC CEDAE	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	1.222.234,99
ITAU HIGH GRADE	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	20.769.699,31
BNP MATCH DI	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	13.825.280,58
Total Fundos Renda Fixa		52.861.903,06
Renda Variável		
FIA SULAMERICA EXPERTISE II	SULAMERICA INVESTIMENTOS	4.700.003,30
Total Fundos Renda Variável		4.700.003,30
Total Terceirizado		57.561.906,36
Total dos Investimentos		4.410.573.125,60
Total Terceirizados / Total Investimentos		1,31%

(1) Fundo Exclusivo da Entidade, cujos recursos são mantidos em fundo de renda fixa com liquidez imediata para atendimento às necessidades de fluxo de caixa de curto prazo do Plano. Tais recursos também podem ser utilizados para investimentos de longo prazo de acordo com as condições do Plano e de mercado

Alocação por Gestor do Total Terceirizado		
Gestor	%	Valor
BRAM BRADESCO ASSET	25,10%	14.449.840,01
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	6,63%	3.817.083,16
SULAMERICA INVESTIMENTOS	8,17%	4.700.003,30
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	36,08%	20.769.699,31
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	24,02%	13.825.280,58
Total	100,00%	57.561.906,36

Montante de Investimentos com Gestão Terceirizada - PGA

em 31 de dezembro de 2016 (em R\$)

Segmento	Gestor	Valor
Renda Fixa		
FI RF TRIUMPH ⁽¹⁾	BRAM BRADESCO ASSET	43.032.424,61
ITAU HIGH GRADE	BANCO ITAU UNIBANCO S/A	6.626.424,51
BNP MATCH DI	BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	4.415.403,74
Total Fundos Renda Fixa		54.074.252,86
Total dos Investimentos		60.611.618,90
Total Terceirizados / Total Investimentos		89,21%

(1) Fundo Exclusivo da Entidade, cujos recursos são mantidos em fundo de renda fixa com liquidez imediata, aguardando uma oportunidade para sua realocação em investimentos de longo prazo. Os recursos são direcionados também para o fluxo de caixa de curto prazo da Entidade.

Segmento	%	Valor
BRAM BRADESCO ASSET	79,58%	43.032.424,61
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	12,25%	6.626.424,51
BNP PARIBAS ASSET MANAGEMENT	8,17%	4.415.403,74

Distribuição dos Investimentos por Segmento

em 31 de dezembro de 2016

Segmento de Investimento	PB1	
	Valor R\$mil	Total
Renda Fixa	3.843.354	87,14%
Renda Variável	286.447	6,49%
Operações c/ Participantes	12.728	0,29%
Imóveis	268.024	6,08%
Caixa	21	0,00%
Saldo em 12/2016	4.410.574	100

Cenário econômico

O ano de 2016 foi marcado pela crise política no país que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, afastada da presidência da república no mês de maio por ter sido condenada sob acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal. Com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, o Vice Presidente Sr. Michel Temer assumiu o governo e promoveu mudanças importantes nos ministérios, com destaque para a nova equipe econômica liderada pelo Sr. Henrique Meirelles, novo ministro da Fazenda.

O novo governo se comprometeu a implementar medidas necessárias para ajustar as contas públicas e reequilibrar os gastos do governo para recuperar a credibilidade dos investidores. Esta mudança de postura do governo provocou uma melhora das perspectivas em relação à condução da política fiscal e econômica do país e melhorou também o humor do mercado financeiro.

Diante de um ambiente econômico mais favorável para a ancoragem das expectativas em relação à inflação, o Banco Central do Brasil, com o novo presidente e nova diretoria, iniciou o ciclo de redução da taxa Selic com o intuito de estimular a economia. A taxa Selic que iniciou o ano em 14,25% foi reduzida para 13,75% na última reunião do ano, com a sinalização do Banco Central de que haveria espaço para reduções mais acentuadas ao longo do ano de 2017.

Apesar da melhora das perspectivas em relação ao novo governo, a economia do país apresentou fraco desempenho no ano de 2016, com o agravamento da recessão econômica, crescimento acentuado do número de empresas que entraram com pedido de Recuperação Judicial e Falência e o aumento da taxa de desemprego.

No cenário internacional, o destaque foi a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos. A eleição de Trump surpreendeu o mercado e contribuiu para aumentar a volatilidade dos ativos financeiros, pois o candidato eleito discursou, em sua campanha eleitoral, a favor da expansão fiscal, pela adoção de políticas comerciais protecionistas e desregulamentação financeira.

Indicadores

Em relação aos principais indicadores que norteiam a gestão dos investimentos pela Previdência Usiminas, verifica-se o seguinte:

Índices	Projeções de 13/11/2015, utilizadas nas Pl's de 2016	2016 - Efetivo
IPCA	6,49%	6,29%
INPC	5,77%	6,58%
IGP-M	6,42%	7,19%
Selic Fim Ano	13,30%	13,75%
Selic Média	13,92%	14,03%
Dólar (29/12/16)	4,08	3,25
PIB	-1,83%	-3,60%

Os pontos de maior destaque foram:

Inflação: o IPCA, indicador oficial do governo para monitoramento dos preços, ficou levemente abaixo do esperado. Já o INPC, que corrige o passivo dos planos BD e CV variou quase 1 ponto percentual acima do projetado.

PIB: em relação à atividade econômica, verificou-se uma retração muito acima da esperada, o que, conforme já comentado, ficou refletido no aumento do desemprego.

Dólar: no ano de 2016 o dólar se desvalorizou frente ao Real em 16,54%, também contrariando as projeções, que tinham como cenário base um ambiente ainda de continuada deterioração da economia.

Em relação aos investimentos, considerando as mudanças nas perspectivas dos agentes de mercado após o impeachment, os ativos de Renda Fixa foram impactados positivamente, conforme se verifica nos resultados do ano refletidos nos indicadores **IRF-M** (23,37%) e **IMA-B** (24,81%).

A principal justificativa para os resultados apresentados foi a discussão em torno da alteração da trajetória do endividamento do governo, que fez com que os agentes passassem a acreditar que, com isso, haveria espaço para que os juros futuros caíssem. Dessa forma, os preços dos ativos de Renda Fixa passaram a ser negociados a menores taxas, fazendo com que os preços aumentassem.

Os ativos de Renda Variável foram também impactados positivamente, conforme pode ser percebido nos resultados auferidos pelos indicadores: **IBOVESPA** (38,94%), **IDIV** (60,49%) e **IVBX-2** (21,05%).

Apesar de as medidas não impactarem de imediato os balanços das empresas, que continuam apresentando prejuízo, com alto nível de alavancagem e em um ambiente de atividade econômica fraca, a simples mudança de perspectiva foi suficiente para que o mercado antecipasse as compras, pressionando os preços dos papéis para cima.

Rentabilidade dos Investimentos

No plano PB1, o resultado consolidado dos investimentos foi de 17,20%, contra 12,22% da meta atuarial. A cota contábil obteve retorno de 16,55%.

Avaliando o desempenho por segmento de aplicação, somente o segmento de imóveis ficou abaixo do benchmark estabelecido na Política de Investimentos, conforme pode ser percebido no quadro a seguir:

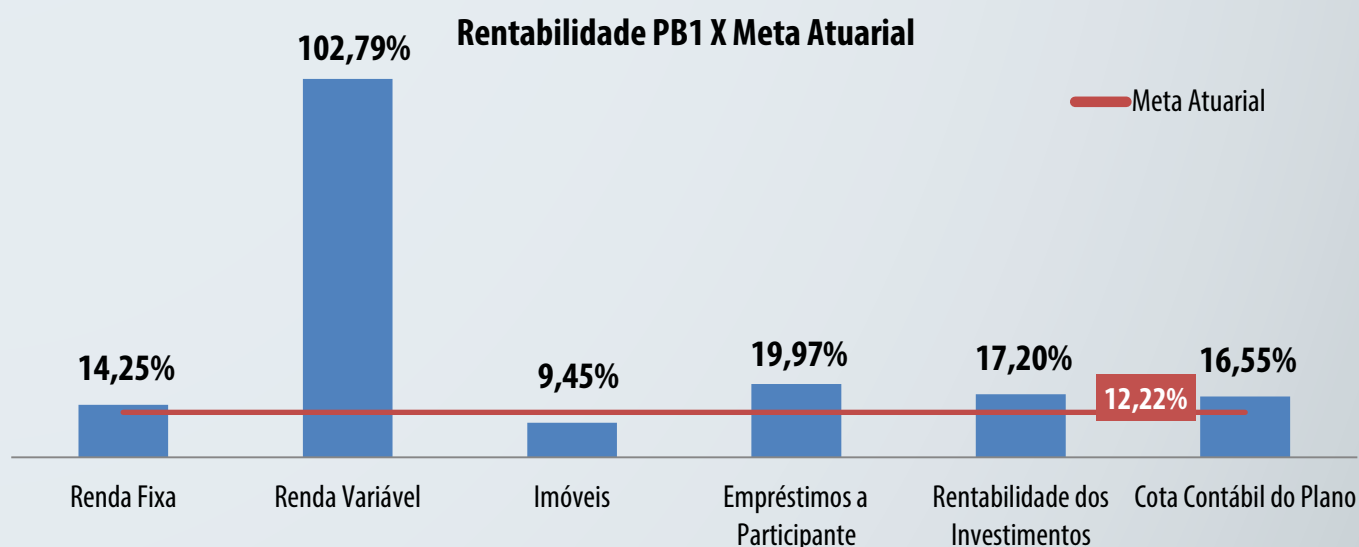
Segmento	Rentabilidade	Benchmark	
Renda Fixa	14,25%	12,13%	IPCA + 5,50% a.a.
Renda Variável	102,79%	36,70%	IBR-X
Imóveis	9,45%	9,78%	INPC + 3% a.a.
Empréstimos	19,97%	12,44%	INPC + 5,5% a.a.
Rentabilidade dos Investimentos	17,20%	12,22%	Meta Atuarial
Cota Contábil	16,55%		INPC* + 4,50% a.a.

*Defasado em 1 mês

Considerando que o segmento de Renda Fixa concentra 87% dos Recursos Garantidores do plano, com alocações dos recursos baseadas em estudos de CFM – Cash Flow Matching e, que desses, 72% são de títulos indexados marcados na curva, o desempenho desse segmento é justificado pela variação do IPCA ou IGPM adicionada dos cupons de juros de cada título. Cabe ressaltar que a pequena parcela de títulos indexados e pós-fixados marcados a mercado foram beneficiados pela variação da taxa de juros no decorrer do ano.

Em relação ao segmento de Renda Variável, o desempenho refletiu basicamente o comportamento das ações da patrocinadora USIMINAS, que representa cerca de 98% do segmento e apresentou alta de 105,47% no ano. A forte valorização fez com que a alocação em USIM3 passasse a representar 6,39% dos Investimentos do Plano em dezembro de 2016 contra 3,48% em dezembro de 2015.

Os segmentos de Empréstimos e Imóveis tiveram comportamento conforme o previsto: Empréstimos superando a meta atuarial e imóveis com retorno inferior ao da meta atuarial, por conta da conjuntura de mercado para esse segmento.



PGA – Plano de Gestão Administrativa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de investimentos do PGA em 31/12/2016 com valores em milhares de reais:

Segmento de Investimento	PGA	
	Valor R\$ mil	% Total
Renda Fixa	60.609	100,00%
Caixa	3	0,00%
Saldo em Dezembro de 2016	60.612	100,00%

No quadro a seguir, está demonstrada a rentabilidade do PGA e do índice utilizado como referência de desempenho:

Plano	Rentabilidade 2016
PGA	14,15%
IMA-S	13,83%

A alocação dos recursos do PGA é realizada com foco na preservação da liquidez. Esse plano é responsável pelo fluxo de caixa das despesas administrativas dos planos de benefícios.

A alocação dos recursos do PGA é feita somente no segmento de Renda Fixa, com a diversificação realizada por meio da alocação em fundos de investimentos de Renda Fixa Referenciados no CDI e em títulos de Instituições Financeiras, conforme estratégia aprovada pelo Comitê de Investimentos para esse plano.

Governança

04

Plano de Benefícios 1

PB1

Posse dos membros dos Órgãos Estatutários

Em junho de 2016 tomaram posse para um mandato de dois anos os membros dos órgãos Estatutários da Previdência Usiminas, a saber:

DIRETORIA-EXECUTIVA	
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	Diretora-Presidente
Ely Tadeu Parente da Silva	Diretor de Benefícios
Marcos Aurélio Alves	Diretor Financeiro

CONSELHO DELIBERATIVO			
TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	INDICAÇÃO
Gileno Antônio de Oliveira (Presidente)	Ivan Lage de Araújo	PATROCINADORAS	Usiminas
Roberto Luís Prosdocimi Maia (Presidente Substituto)	Milton Marques de Oliveira ¹		
Sérgio Carvalho Campos	Diego Castro Giglio		
Américo Ferreira Neto	Marcos Rodrigues Mendes		
Leonardo Almeida Zenóbio	Sílvia Henrique Chagas		
José Carlos de Carvalho Gallinari	Adriana Leite Chaves Quintela		
Adilson Pereira Gonçalves	Pedro Julião Dornelas		
Gustavo Torres da Cunha Jardim	Bruno Fonseca Campos		
Rinaldo Dantas Coelho	Patrícia dos Santos		
Ailton Saraiva Lessa	Valmir Galli	UMSA	
Maria Ignez Gerken de Sousa	Wellington Cândido de Almeida	Demais Patrocinadoras	
Nilton Oliveira ²	Walter Pereira de Carvalho ²	PLR	
			AAPI
			AAPPU
			ATMAS/ABRACO

(1) Conselheiro até Julho/2017

(2) Data da posse: Julho/2017

CONSELHO FISCAL			
TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	INDICAÇÃO
Julio Mendez Arroyo (Presidente)	Livia Cristina Pulis Ateniense	PATROCINADORAS	Usiminas
Rodrigo Trindade Fogaça (Presidente Substituto)	Romolo Gonçalves de Paula		
Adriane Vieira Oliveira Albuquerque	Mariana Assunção Soares		
Geraldo Magela Moura	Luis Márcio Araújo Ramos		
Agnus Dei Martins	Cristiano Estevão Figueiredo	PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	Demais Patrocinadoras
Galbas da Silva ¹	Adelino Jordão de Farias ¹		PLR
			ATMAS/ABRACO

(1) Data da posse: Julho/2017

Habilitação / Certificação / Qualificação

Arcabouço legal: Resolução do CMN nº 3.792, de 24/09/2009; Resolução CNPC nº 19, de 30/03/2015; Instrução PREVIC nº 28, de 12/05/2016; e, Instrução PREVIC nº 6, de 29/05/2017, que revogou a Instrução PREVIC nº 28.

Habilitação

A Instrução PREVIC nº 6, de 29/05/2017, redefiniu os procedimentos para certificação e habilitação de membros da diretoria-executiva, dos conselhos deliberativo e fiscal e dos demais profissionais de entidade fechada de previdência complementar – EFPC, sendo a principal alteração, a obrigação de envio de documentação para a PREVIC, para habilitação prévia daquela Superintendência, somente dos membros da Diretoria-Executiva. Apenas as Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) deverão providenciar a habilitação prévia dos membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal. A Previdência Usiminas não está relacionada no ESI, e sua Diretoria-Executiva obteve sua habilitação concedida pela PREVIC, cumprindo assim a obrigação legal.

Certificação

A Instrução PREVIC nº 6, de 29/05/2017 determina que a certificação atestar-se-á, por meio de processo realizado por instituição autônoma certificadora reconhecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, a comprovação de atendimento e a verificação de conformidade dos requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função.

Os membros da diretoria-executiva, a maioria dos membros titulares e a maioria dos membros suplentes dos conselhos deliberativo e fiscal deverão ser certificados em até um ano a partir da posse, uma vez que a Previdência Usiminas é regida pela Lei Complementar Nº 109, de 29/05/2001. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, os membros dos comitês de assessoramento que atuam na avaliação e aprovação de investimentos e os demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, deverão estar certificados previamente ao exercício do cargo.

Em 31/12/2016, estavam certificados:

- todos os membros da Diretoria-Executiva;
- todos os membros do Comitê de Investimentos;
- a maioria dos empregados da gerência de Conformidade;
- a maioria dos empregados da gerência de Investimentos, incluindo todos os participantes do processo de aplicação de recursos;
- o Gerente de Benefícios;
- 08 membros efetivos e 04 membros suplentes do Conselho Deliberativo;
- 03 membros efetivos e 03 membros suplentes do Conselho Fiscal.

Qualificação

A Resolução CNPC nº 19, de 30/03/2015 define “Qualificação” como um processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na EFPC.

Com o objetivo de expandir os conhecimentos relacionados ao segmento de Previdência Complementar e estimular o processo de Educação Continuada, a Previdência Usiminas incentiva seus conselheiros, dirigentes e empregados a participarem de eventos, cursos e seminários, priorizando sempre a modalidade de Ensino a Distância – EAD. Há também representantes da Entidade nas Comissões Técnicas Regionais da Abrapp, fórum para discussão técnica relacionada às diversas atividades dos Fundos de Pensão.

Comissões Técnicas da Abrapp e Comitês Internos da Previdência Usiminas

Assuntos jurídicos, Atuariais, Comunicação e Marketing, Contabilidade, Governança, Investimentos, Relacionamento com o Participante e Seguridade são os principais temas das Comissões Técnicas da Abrapp. Em 2016, a Entidade estava representada em 8 (oito) Comissões Regionais e 1 (uma) Comissão Nacional. A participação possibilita o intercâmbio de experiências e de melhores práticas adotadas, oferecendo subsídios para a realização de estudos, treinamento, apoio técnico e desenvolvimento dos profissionais do sistema.

Adicionalmente, os Comitês internos da Previdência Usiminas (Investimentos e Comunicação) mantiveram-se atuantes em 2016, propiciando subsídios para decisões mais assertivas, uma vez que os temas são debatidos por membros da diretoria-executiva, gestores e colaboradores, que compartilham estratégias e decisões importantes.

37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão

“Previdência Complementar: um novo projeto para o país”. Este foi o tema central do 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado de 12 a 14 de setembro, em Florianópolis (SC). O evento é considerado o maior do setor na América Latina, com a tradição em proporcionar um forte conteúdo técnico ancorado sempre nos temas mais atuais da agenda dos Fundos de Pensão. Palestras de especialistas nacionais e internacionais, mesas redondas e apresentações técnicas foram enriquecidas por debates e reflexões sobre os principais desafios do mercado. A Previdência Usiminas esteve representada pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Gileno Antonio de Oliveira, pela Conselheira Maria Ignez Gerken de Sousa, e pelo Diretor de Benefícios, Ely Tadeu Parente da Silva. Em tempo onde são grandes os desafios, em que exigências de formação e responsabilidade dos dirigentes são cada vez maiores, essa participação é bastante oportuna para agregar novos conhecimentos e trocar experiências práticas relacionadas ao dia-a-dia das entidades.

Ação Fiscal

Em 04 de abril de 2016 a Previdência Usiminas recebeu ofício da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC comunicando a abertura de processo de fiscalização. A ação obedece a uma rotina do órgão regulador e fiscalizador com o objetivo de verificar os procedimentos adotados nas diversas áreas da Entidade e avaliar aspectos relacionados à governança, controles internos, processos e estrutura organizacional.

A ação fiscal foi realizada de acordo com os critérios da nova modalidade de fiscalização da PREVIC, denominada de “Supervisão Permanente”, que trata de forma dinâmica e contínua a troca de informações e a avaliação das ações e práticas pelos Fundos de Pensão. Durante o processo foram realizadas reuniões frequentes com os membros da diretoria-executiva, dos conselhos deliberativo e fiscal, com os gestores e o corpo técnico da Entidade.

Em 10 de março de 2017, a Previdência Usiminas recebeu o Ofício nº 17/2017/ERMG/DIFIS/PREVIC, informando sobre a finalização do processo e que a Entidade não foi selecionada para ser objeto de Supervisão Permanente no ano de 2017. Dos itens que foram objeto de determinação/recomendação pelo referido Ofício, alguns já foram implementados, outros estão em processo de implementação.

Patrocinadoras PB1

Associação dos Empregados do Sistema Usiminas - AEU

Cooperativa de Consumo dos Empregados da Usiminas Ltda.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Aço Ltda. - SICOOB Vale do Aço

Fundação São Francisco Xavier

Previdência Usiminas

Usiminas Mecânica S.A.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Acesse o portal da Previdência Usiminas - www.previdenciausiminas.com - para ler a íntegra dos documentos com as informações apresentadas nesta publicação.

Belo Horizonte/MG

Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 - 1º Andar
Engenho Nogueira - CEP: 31310-260 - Telefone: (31) 3499-8360

Cubatão/SP

Rodovia Cônego Domênico Rangoni, Km 06 – S/Nº - Parque Industrial
Jardim das Indústrias - CEP: 11.573-000 - Telefone: (13) 3362-2076

Ipatinga/MG

Avenida Presidente Castelo Branco, 632 - loja 1
Horto - CEP: 35160-294 - Telefone: (31) 3824-7600

Santos/SP

Avenida Conselheiro Nébias, 370
Vila Mathias - CEP: 11015-002 - Telefone: (13) 3228-7722

www.previdenciausiminas.com

previdenciausiminas@previdenciausiminas.com

Telefone: 0800 083 1111